

COSTUMES E POTENCIALIDADES NO SERTÃO DOS INHAMUNS – PARAMBU-CEARÁ

Anna Érika Ferreira Lima¹ José Levi Furtado Sampaio²

1- Aluna do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal do Ceará; Bolsista DAAD. Email: annaerika@gmail.com 2- Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFC. Email: joselevi@uol.com.br

Resumo

A presente pesquisa tomou como foco o Sertão dos Inhamuns, especificamente, Parambu que dista 420 Km da cidade de Fortaleza, no Ceará. E possui uma área de 2.303,40 km A população de Parambu no momento é de 33.443 habitantes, dos quais 21.737 vivem na zona Rural e 18.394 na sede do Município. Nessa perspectiva coloca-se que a concepção central que permeia o trabalho é a de que abordar um município prioritariamente rural implica ter uma compreensão de um contexto mais amplo no qual ele está envolvido considerando a perspectiva dialética. Assim, diversas questões surgiram sobre a temática trabalhada. São elas: Como se dá a apropriação dos recursos pelos agentes sociais que habitam em áreas de assentamentos rurais e como esses refletem seus costumes nessas práticas? De que maneira os camponeses têm lidado com as condições adversas da região? Quais os recursos que ainda são encontrados nessas áreas e quais as suas potencialidades? Nesse contexto, o objetivo consistiu em realizar uma análise das formas de apropriação dos recursos pelos camponeses de Parambu, entendendo como tem se expressado seus costumes e estratégias de convivência com o semi-árido, além dos reflexos dessas na organização espacial, considerando as potencialidades dessa porção do Semi-árido cearense, o qual apresenta clima semi-árido, vegetação essencialmente de caatinga, solos rasos e assolados pelo processo de desertificação. Assim, afirma-se que conforme se tem conseguido apreender, o estabelecimento da relação homem-natureza em Parambu, especificamente na zona rural, está fundamentado nas trajetórias de vida dos camponeses que residem nessas áreas. São as formas de lidar com a terra que caracterizam os costumes dos que lá residem.

Palavras-chaves: campesinato, convivência, apropriação, Semi-árido.

INTRODUÇÃO

O lugar ocupado pelo Sertão – com suas paisagens, seus costumes e tradições, as formas de organização social e produção econômica familiar ou não – é indicador da importância desse espaço. O fato é que o Sertão antítese da civilização, elemento estéril, terrível, até mesmo sinistro, não “tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat natural” (SMITH, 1998, p.37) não é mais tomado nessa perspectiva como parafraseou Smith (1998) ao falar que o natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização (o.p cit, p.37). Ele é lócus habitacional de reprodução social, principalmente camponesa.

É lugar de apego aos que vivem nele e que se ressentem da falta de recursos suficientes para mantê-los na terra, fato que evitaria a expressiva migração que vem se processando nas últimas décadas. No entanto, programas de ONGs e entidades têm considerado as potencialidades desses ambientes, considerando-os, como locais onde se pode conviver, sobreviver e se gostar de viver. Não é a toa que surgiu o termo “convivência com o Semi-árido”, relacionado ao desenvolvimento de estratégias que auxiliam na superação das adversidades climáticas e pedológicas locais a partir dos saberes locais camponeses.

A presente pesquisa tomou como foco o Sertão dos Inhamuns¹, especificamente, Parambu. Neste município pode-se perceber uma distinção clara sobre a localização dos núcleos habitacionais. Ou seja, pessoas moram no Sertão (Depressão sertaneja) e outras vivem na Serra (Planalto Sedimentar da Ibiapaba – Platô Serra Grande). Vale destacar que tal distinção (Serra e Sertão) é utilizada pelos próprios moradores da Região.

Sobre os aspectos localizacionais o trabalho se fundamentou na porção do Município alocada na Unidade Geoambiental da Depressão Sertaneja², para tanto, foi efetivado um apanhado geral da Microrregião dos Sertões dos Inhamuns com maior detalhamento em Parambu, que dista 420 Km da cidade de Fortaleza, no Ceará. E possui uma área de 2.303,40 km². A população de Parambu no momento é de 33.443 habitantes, dos quais 21.737 vivem na zona Rural e 18.394 na sede do Município.

Nessa perspectiva coloca-se que a concepção central que permeia o trabalho é a de que abordar um município prioritariamente rural implica ter uma compreensão de um contexto mais amplo no qual ele está envolvido considerando a perspectiva dialética. Assim, diversas questões surgiram sobre a temática trabalhada. São elas: Como se dá a apropriação dos recursos pelos agentes sociais que habitam em áreas de assentamentos rurais e como esses refletem seus costumes nessas práticas? De que maneira os camponeses têm lidado com as

condições adversas da região? Quais os recursos que ainda são encontrados nessas áreas e quais as suas potencialidades?

Nesse contexto, o objetivo consistiu em realizar uma análise das formas de apropriação dos recursos pelos camponeses de Parambu, entendendo como tem se expressado seus costumes nessas práticas e os reflexos dessas na organização espacial, considerando as potencialidades dessa porção do Semi-árido cearense, o qual apresenta clima semi-árido, vegetação essencialmente de caatinga, solos rasos e assolados pelo processo de desertificação.

Assim, visa-se contribuir, através dos resultados alcançados, com a concretização de estudos realizados pelo Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais – LEAT, além de fomentar o desejo de outros pesquisadores aprofundarem suas pesquisas em torno do Território dos Sertões dos Inhamuns.

Nesse sentido, para que fosse possível se aproximar da realidade do objeto estudado, foi considerando não apenas o conhecimento científico, tomando como conhecimento certo e definitivo, pois esse avança em contínuo processo de investigação que supõe alterações à medida que surgem fatos novos (USARSKI, 2002), mas também o conhecimento popular, às vezes denominado senso comum, como afirma Lakatos (1996).

Nessa perspectiva dividiu-se a metodologia em três partes fundamentais para se atingir a realidade do assentamento estudado. Seriam essas: referencial teórico (Pesquisa bibliográfica), pesquisa documental e trabalho de campo. Na primeira foi realizada a revisão da literatura sobre espaço, costumes e apropriação. Na segunda fase foi realizada a pesquisa documental³ e o levantamento de informações secundárias junto a instituições, como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE), Bibliotecas Públicas e acervos particulares.

O terceiro momento se caracterizou pela realização de três trabalhos de campo. Para tanto se tem adotado a técnica da pesquisa participante que “[...] caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas pesquisadas” (MATOS; VIEIRA, 2001, p.46), onde foram feitas cerca de vinte entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves e registros fotográficos.

DESENVOLVIMENTO

Em sua maioria, estudos voltados a questão do campesinato se limitam a discutir as relações de trabalho e se fixam apenas na discussão conceitual, secundarizando as questões culturais que envolvem essa temática onde os costumes são considerados de uma forma superficial.

Compreende-se nesse panorama, que uma leitura do espaço, tido aqui não apenas como o lócus habitacional, mas sim como elemento social somente seria possível dentro de uma totalidade caso fossem consideradas as relações sociais existentes na área trabalhada e não apenas uma forma de relação ditaria o que ocorre para o homem do campo se apropriar dos recursos ali existentes. É preciso considerar os costumes que irão compor a realidade campesina que levará a uma organização sócio-espacial peculiar ao homem do campo.

É nessa perspectiva que se defende o fato do camponês ser resultante tanto de sua história de vida como de seus costumes, principalmente quando atua na organização do seu espaço e através da sua ordenação temporal inversa àquela da conjuntura urbana.

Nesse contexto, deve-se destacar que a maneira mais provocativa de se apreender a história ambiental é considerando o *tempo* e apresentando um relevante apreço ao elemento *espaço*.

Logo, pode-se afirmar que o estudo espacial consistiria na análise da natureza e da sociedade de maneira interdisciplinar, sendo essas tidas como partes integrantes e responsáveis pela constituição de um território com todos os elementos complexos que podem formá-lo, como as relações de trabalho, os fatores políticos, econômicos e as questões de poder envolvidas. Ressalta-se, então, que os processos que compõem o espaço, construindo-o e transformando-o, necessitam estarem conectados e não isolados, ou seja, homem e natureza

O semi-árido cearense – olhar sobre as condições ambientais da área pesquisada

Conforme Mendes (1995), considera-se como região semi-árida aquela que possibilita o desenvolvimento de uma cobertura vegetal mais ou menos contínua, como a caatinga (p.3), sendo que não permite o cultivo de plantas anuais, como o milho, de maneira regular e com boa produtividade, em virtude da baixa pluviosidade e da má distribuição das chuvas, necessitando de processos de irrigação para assegurar um “completo” desenvolvimento das culturas anuais. Para Mendes (1995), “na prática, diz-se que uma área é semi-árida quando chove abaixo de 800 mm por ano, ocorre seca, tem caatinga e solos pobres em matéria

orgânica, com tendência a salinização, e rios intermitentes” (p.3). Mas é só a partir desses aspectos que se define tal região? Afirma-se que não, visto que a concentração populacional é expressiva dentro do contexto brasileiro.

Observa-se que só no início da década de 1980 a população do semi-árido nordestino era de 20 milhões de pessoas. Tal cifra chegou a 16 milhões de habitantes no final da década de 1990, sendo essa população, em sua maioria, predominantemente rural e tendo como ocupação principal de sua força de trabalho a agropecuária. A estrutura fundiária, mesmo diante dos programas de reforma agrária (Federais e Estaduais), ainda não modificaram a realidade extremamente concentrada. Apesar de ser grande o número de pequenos estabelecimentos ou unidades de produção familiar..

Vale ressaltar que o semi-árido brasileiro se estende por uma área que abrange a maior parte de todos os Estados da Região do Nordeste (86,48%), além do Sudeste (13,52%) também, ocupando uma área total de 974.752 km². No contexto do Ceará, mais de 90% do território está incluído no domínio semi-árido, também conhecido como sertão, sendo esta área mais susceptível ao problema das secas. Representa, ainda, 51% da superfície regional e caracteriza-se pela irregularidade de chuvas, e segundo os estudos da Funceme (2004), ainda apresenta médias de 400 a 700 mm por ano, as quais sofrem variações anuais.

A [...] irregularidade de chuvas, aliada às altas taxas de evaporação⁴, justifica elevados déficits de balanço hídrico e configura insuficiência de água para as lavouras (SOUZA; OLIVEIRA, 2000, p.208). No clima semi-árido, somente as condições de temperaturas chegam a manter certa regularidade, ou seja, médias térmicas superiores a 22°C.

Para Alencar (2005), os sertões (p.215), [...] em termos de Unidades Geoambientais, são denominadas de depressão sertaneja, essa se caracteriza por vastas áreas de aplainamento com altimetrias que variam entre 100 e 400m, com rampas de pequenos declives orientadas para a costa e para o fundo dos vales sertanejos. As depressões ocupam cerca de 2/3 do território cearense, representando a superfície de piso regional.

A vegetação no Ceará é composta, basicamente, pela caatinga arbustiva aberta e carrasco, Floresta caducifólia espinhosa e Floresta Subcaducifolia Tropical Pluvial. Nesse panorama afirma-se que por ser submetida durante a maior parte do ano às deficiências hídricas, a depressão sertaneja acaba havendo uma dispersão das caatingas. Estas possuem diversificações quanto aos padrões fisionômicos e composições florísticas (SOUSA, 1988). Diferentemente não se detecta no município de Parambu.

Nessa área há ainda a predominância de solos rasos a medianamente profundos e, com frequência de afloramentos rochosos e de chão pedregoso, toposequências mais comuns com

ARGISSOLOS (ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO) nos topos de relevos colinosos e altas vertentes, como se pode ver em trechos do assentamento, além de apresentarem fertilidade natural média e alta; NEOSSOLOS LITÓLICOS nos setores de maior declividade; PLANOSSOLOS NÁTRICO em topos de encostas; PLANOSSOLOS e VERTISSOLOS nas baixas vertentes e com fertilidade natural baixa e NEOSSOLOS FLÚVICOS nos fundos de vales com fertilidade natural média e alta. (IPLANCE, 2004).

Evidentemente que se admite o fato das terras semi-áridas sempre terem sido determinantes da vulnerabilidade econômica regional especialmente na região do Sertão (SOUZA; OLIVEIRA, 2000, p.208). Aliam-se às condições climáticas e as condições pedológicas, as secas que podem ser periódicas ou estacionais. A seca periódica “não tem ano certo para ocorrer e são caracterizadas pela falta ou irregularidade das chuvas durante a estação chuvosa da região” (MENDES, 1995, p.4) e a seca estacional “vai de julho a janeiro e verifica-se como um evento normal do regime climático local” (MENDES, 1995, p.4).

Por muitos séculos a seca foi o principal e maior impacto negativo sobre o contexto social, econômico e ambiental.

Nesse quadro acrescenta-se que o primeiro registro de seca na região do semi-árido nordestino é de 1552, ocasião que padre Antonio Pires afirmara que “em Pernambuco havia quatro ou cinco anos que não chovia” (VILLA, 2001, p. 17). No caso do semi-árido cearense os primeiros registros aparecem no Século XVII: 1603, 1606, 1614, 1645, 1652 e 1692. Já no XVIII, Villa (2001) fez registro das secas de 1711, 1721-1725, 1736-1737, 1745-1746, 1754, 1760, 1766, 1772, 1777-1778, 1784 e 1791-1793, a última grande seca do século. Fez-se ainda o registro das seguintes secas no século XIX: 1804, 1809, 1810, 1814, 1816-1817, 1825, 1845-1846, 1864, 1877-1879. Conforme Chandler (1980, p.202) secas relativamente sérias assolaram o Ceará em 1888-89, 1891, 1898, 1900, 1902-03, 1907, 1915 e 1919. Na década de 1920 a área foi coberta de fartas chuvas, mas no início da década de 1930 veio outra seca severa. Embora todas tenham afetado os Inhamuns, as de 1888-89, 1898, 1900 e 1915, além da de 1932, foram mais prejudiciais” (p.202, grifo meu).

O que se faz necessário saber é que,

A seca não resulta de modo simplista de condições pluviométricas adversas. Não é também oriunda simplesmente da perda da produção agrícola por escassez, ausência ou irregularidade de chuvas. Fundamentalmente, a seca tem conotação direta com crises periódicas que afetam a economia agropecuária por inaptações das lavouras produzidas às condições de potencialidade e delimitações dos recursos naturais disponíveis (SOUZA; OLIVEIRA, 2000, p.208-209).

Vale destacar que atualmente, conforme afirma Boff (2007), fala-se menos de seca e mais de Semi-Árido com o qual se deve conviver criativamente. Estudos minuciosos e trabalhos consistentes suscitaram essa visão revolucionária. Para o teólogo o eixo central é entender o Semi-Árido como bioma e a estratégia consiste na convivência não com a seca, mas com o Semi-Árido.

A situação ambiental do município de Parambu, principalmente sua zona rural, ao que tange a relação sociedade-natureza, não foge ao padrão do Estado, onde se fazem presentes ações impactantes como a exploração irracional dos recursos que vêm causando um grave desequilíbrio ambiental, principalmente quando se trata da exploração agropecuária realizada sem o mínimo de técnicas de manejo do solo e flora. Tal situação, além das condições climáticas, tem levado o município a enquadrar-se no eixo das áreas em estado de desertificação no Estado do Ceará.

A apropriação dos recursos – a relação sociedade e natureza e o saber viver no semi-árido

O termo apropriação, no contexto trabalhado, se caracteriza como as formas de uso e propriedade da terra, a partir da trajetória de vida dos assentados. Poder-se-ia instigar o leitor a realizar uma reflexão sobre o fato das formas tradicionais de acesso aos recursos de uso comum estarem sofrendo ameaças advindas do processo de expansão urbano-industrial e abertura de novas fronteiras agrícolas, entretanto esse não é o objetivo que permeia essa discussão.

As formas de apropriação desses recursos não se encontram estagnadas no tempo e no espaço, mesmo que muitas dessas tenham sofrido influência do sistema capitalista, mas é relevante a resistência camponesa sobre essas formas de desconfiguração dos seus costumes. A resistência a esses arranjos capitalistas é expressa por uma complexa e extensa teia de relações de parentesco, também chamadas de relações parentais (compadrio e ajuda mútua), bem como pela aceitação partilhada de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade dentro do grupo.

Nesse sentido, os recursos, tomados aqui como um conceito que se encontra na interface entre processos sociais e processos naturais, conforme Godard (2002) resultam de um olhar lançado pelos homens sobre seu meio biofísico, olhar esse orientado pelas necessidades dos grupos, seus conhecimentos e seu saber fazer.

Percebe-se, assim, que esses deslocamentos em busca de terras e recursos que possibilitem a sobrevivência familiar, são resultantes da concentração de terras que tem ocasionado a intensificação de migrações de populações rurais não só do campo para cidade, mas de áreas rurais para outras áreas rurais. Seria essa uma característica nômade, onde os camponeses se caracterizam pela busca de um local para se fixar, plantar, lidar com a terra e produzir para garantir a subsistência familiar.

Sobre o exposto, diversos questionamentos formados pelos movimentos sociais diante da realidade dos problemas econômicos sócio-ambientais que a população que vive no semi-árido enfrenta, como afirma Ramos (2005) . “Sendo necessário construir de maneira crítica, junto às comunidades com um processo de aprendizado social amplo com um em convite de ação, abrindo um diálogo entre o conhecimento e os saberes tradicionais” (p.11). Nessa perspectiva, Mattos (2004) afirma que saber conviver com o semi-árido é opção de vida, redefinição do sentido da existência e de qualidade de vida que se quer ter, assim se poderá redimensionar a relação sociedade – natureza que ocorre nessa área.

O camponês segundo Carvalho (2006), tem como uma das suas características a apropriação dos recursos naturais, pois é dela que se retira a alimentação e as condições de trabalho e afiançam a reprodução da família, pela qual se emprega mão-de-obra familiar principalmente os roçados. As atividades e o ritmo de trabalho está conectado aos “ciclos da natureza” este é marcado pelo tempo cíclico de sucessão das estações do ano, sendo esta a única segurança de produtividade das roças (RAMOS, 2005)

Nas sociedades tradicionais existe um sistema de representação simbólico e religioso ligado à vida agrícola, à pesca, à caça e à coleta. A estreita ligação entre as práticas econômica e as explicações místicas e religiosas revela, a existência de um complexo conhecimento herdado pela tradição que ultrapassa os objetivos de exploração econômica do meio natural, que levam a essas sociedades a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas naturais, constituindo-se assim um sistema homeostático onde cada indivíduo tem a consciência de ser apenas um elemento de uma rede complexa de interação cujos recursos são finitos. Existe assim um conjunto de responsabilidades de ordem ética para manter o equilíbrio geral dos ecossistemas. (MATTOS, 2004, p. 79).

Pode-se perceber que diante desse quadro, se configuram os sujeitos sociais dos Sertões dos Inhamuns, especificamente, de Parambu cuja maior parte da população é rural, como se destacou inicialmente e de acordo com o que se apreendeu durante pesquisas de campo realizadas nos anos de 2006 e 2007, as quais perfizeram um total de três trabalhos.

Os camponeses entrevistados lutam para conviver com as dificuldades naturais, adaptando por vezes seus modos de vida às condições do meio ambiente e se utilizando de seus conhecimentos que foram transmitidos de pais para filhos, ou seja, do seu saber local, termo utilizado por Gertz (2006). Tais estratégias são chamadas de “Convivência com o

Semi-Árido”, para Leonardo Boff (2007) e cada uma visa a focar a vida nas condições socioambientais da região, em seus limites e potencialidades, pressupondo novas formas de aprender e lidar com esse ambiente para alcançar e transformar todos os setores da vida.

Dessa forma, a caatinga passa a ser a principal fonte de recursos de uma parcela significativa desta população que precisa, direta ou indiretamente, deste recurso para subsistência ou geração de renda. Ela é palco fundamental para se processarem as formas de uso e apropriação dos recursos.

Nesse domínio, pode-se perceber a presença de árvores como o *Anadenanthera macrocarpa* (Angico), a *Myracrodunon urundeuva* Fr. All. (Aroeira o *Zizyphus joazeiro* (Juazeiro) a *Mimosa tenuiflora* (Jurema preta), a *Caesalpinia pyramidalis* (Catingueira), o *Cereus jamacaru* (Mandacaru) e o *Cróton sonderianus* (Marmeleiro) são encontradas em Parambu, principalmente na área da depressão sertaneja. É o exemplo também das espécies de Palma. Estas cactáceas empregadas como forrageiras no Nordeste, são conhecidas vulgarmente por “palma doce ou miúda” (*Nopalea cochenillifera*), “palma gigante ou graúda” (*Opuntia ficus-indica*) e a “palma redonda” que, segundo os especialistas em forragens é uma variação da graúda (Arruda, 1983). Outras formas de aproveitamento dessas áreas na porção da depressão sertaneja, visa o plantio de árvores frutíferas como o cajueiro e atualmente a produção de peão manso para a produção de Biodiesel.

Segundo os camponeses entrevistados, como o Sr. Henrique da Silva:

Tudo da mata nós usa. Usa porque é bom, porque tem utilidade. Foi assim desde que eu nasci, que meu pai nasceu e o pai do meu pai. Sabe, eu acho que não vai ser diferente com os meus filhos e os filhos deles, desde que o povo não acabe com tudo, né (Sr. Henrique Martins, parceiro do assentamento Ingá/Facundo em Parambu – 66 anos – maio de 2006).

A maioria das espécies da caatinga foi usada para a construção de casas, cercas. Entretanto, Atualmente o uso de árvores da caatinga ainda se dá para tais fins, mas houve uma diminuição devido as queimadas, sendo até necessário comprar madeira de municípios vizinhos. O *Cedrela Fissilis* (Cedro), por exemplo, foi extinto da maioria das comunidades de Parambu. Segundo Antônio Valir de Oliveira, a área do assentamento o qual o mesmo vive era explorada por gente do assentamento e por pessoas de fora: “[...] tanto pra tirar madeira como pra caçar, como pra... fazer...a roça, sem morar aqui vinha gente de fora pra fazer roça [...] tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), veado (referente ao veado capoeiro - *Mazama americana*), e todo o tipo de caça tinha” (Antônio Valir de Oliveira, camponês de Parambu, 65 anos, maio de 2006).

Antes como destaca o Sr. Henrique da Silva, sobre a época que chegou na propriedade onde vive:

Tinha o povo que caçava pra alimentar. Naquele tempo a carne que o povo comia, mais era carne de caça do mato, porque tinha muito. Criavam um cachorro, o cachorro aprendia a caçar...e no dia que ele quisesse comer carne ele ia sair assim numa boca de noite, na mata...perto de casa ali, mata dois, três tatu...aquilo ele comia a semana todinha e ainda sobrava. Com o mel era do mesmo jeito. Tinha muita abelha, tinha muita "enxu". O "enxu" ele fica grande assim, desse tamanho, [...] ele se arrancha numa moita, num pé de pau grande, ele cresce e fica assim... "enxuzão", ali cresce e cria mel. No tempo da flor da aroeira, ele enche aquela casa só de mel. é uma abelha...E o mel é muito bom demais! Gostoso e bom demais! E tem o "capuxu" que é uma abelha preta, meia comprida...que se arranja num buraco, num buraco de formigueiro no chão. Ele se arrancha e aí quando tem um formigueiro, a formiga cava e lá embaixo fica aquela panelona! [...] As vezes o buraco é pequeno, aí ele cava e faz uma casa grande. Aí faz o mesmo jeito do "enxu", bota mel. Enchem aquelas capas de mel, o mel melhor do mundo! (Sr. Henrique Martins, parceiro do assentamento Ingá/Facundo em Parambu – 67 anos – setembro de 2007).

Percebe-se nos depoimentos que a situação atualmente é bem diferente. Conforme o Sr. Otávio Torquato Ferreira (80 anos),

Hoje em dia quase que num tem mais nada. Meus filhos mesmo pegavam um nambu, juriti, siriema...Agora meus meninos eram muito viciado, caçavam muito. Foi num foi eles iam eles iam caçar tatu em 'riba' da serra...as vezes uns três quatro pegava um veado, um caititu. Mas aí começaram a denunciar e o povo exagerou na caça demais! Hoje num tem é praticamente nada pra nós mesmo aí nesse meio de mundo (Sr. Otávio Torquato Ferreira, 80 anos, camponês de Parambu – setembro de 2007).

Esse fato já se configura como um assunto preocupante entre os camponeses que vivem no município. Para o Sr. Antônio Valir de Sousa (65 anos), antes da desapropriação do assentamento Ingá/Facundo onde vive com a família, havia considerável variedade de plantas e animais no assentamento que foram desaparecendo com a destruição da mata: “[...] aqui a terra era muito boa, depois da desapropriação... é o fracasso nosso e pros nossos filho que não têm lugar pra trabalhar, INCRA quando ‘repartilha’ essa área as parcelazinhas são muito pequenininhas...” (Antônio Valir de Oliveira, camponês de Parambu, 65 anos, maio de 2006).

Mesmo percebendo-se uma certa consciência sobre as questões ambientais da área na qual vivem, os camponeses não se mostram dispostos a deixar de praticar queimadas nos terrenos para iniciarem o plantio, como bem expressa Francisco Davi Sampaio (60 anos):

Aqui...nós confia muito no material chamado cinza...quando [...] a gente não queima às vezes a gente vai fazer uma estoca no lugar que não tem quase não tem mata mas o aquilo que a gente junta muitas vezes quase todo mundo toca fogo que aqui no lugarzinho que aquela queimadazinha é bom, é porque ali parece que mata o micróbio da terra e aí fica bom, mais assim alguém já disse ao senhor que é bom no começo mais conforme o anos vão passando vai se gastando. [...], mas aqui, nós aqui...a maior parte do povo

porque não adianta, já teve quem dissesse não é bom queimar mais muita gente quando tem um jeitinho de queimar vai queimar (Francisco Davi Sampaio, camponês de Parambu, 60 anos – maio de 2006).

O campesinato é percebido no espaço agrário do País devido às constantes reivindicações dos trabalhadores rurais sem terra aos vários seguimentos da sociedade, sustentação da família, garantia da soberania alimentar promovendo a continuidade das tradições culturais e dos costumes configurando o que se chama de *ethos* camponês dentro de um cenário, por vezes adverso como é o caso do Semi-árido, onde o ser camponês se disponibiliza das técnicas e saberes que possui para se apropriar dos recursos.

Pode-se ainda elencar algumas estratégias de convivência com o semi-árido parambuense, ligadas a produção agrícola apropriada para a região, como o plantio de mamona que teve seu auge no início dos anos 2000 e mais recentemente de peão manso junto a assentamentos rurais e outras comunidades no espaço agrário, visando a produção do biodiesel.

Boff (2007) destaca algo emblemático para se compreender a dinâmica no semi-árido:

Na época da seca quase tudo hiberna. Mas basta chover, de setembro a março, para, em alguns dias, tudo ressuscitar com um verdor deslumbrante. Não há falta de água. Como média caem 750 mm/ano. É o Semi-Árido mais chuvoso do planeta. Mas pelo fato de o solo ser cristalino (70%), impedindo a penetração da água, acrescentando-se ainda a evaporação por insolação, perdem-se anualmente cerca de mais 720 bilhões de litros de água. Recoletada, seria mais que suficiente para toda a região (BOFF, 2007).

Sendo assim, ao que tange os recursos hídricos, cada vez mais vem sendo desenvolvidas formas de captação de água em pequena escala. É o caso das cisternas de placa, muitas vezes financiadas pelo INCRA ou pelo Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC em parceria com comunidades eclesiais de base, a Articulação do Semi-Árido (ASA), que compreende 800 entidades ao redor do projeto o qual já conseguiram construir 200 mil.

Menino, eu fico imaginando como era antes, num sabe? Sem cisterna era ruim demais. Quem é que podia pensar em pegar a água da telha na época do meu pai e da minha mãe, colocar num tanque cobertinho e dar de beber pra família todinha? São essas coisas que foram melhorando a vida da gente. Ao menos o de beber e o de cozinhar tava garantido (Sr. Otávio Torquato Ferreira, 80 anos, camponês de Parambu – setembro de 2007).

Percebe-se que as técnicas foram auxiliando a vida do homem do campo que era comum, em períodos de estiagem, se ver homens, mulheres e crianças com latas de água na cabeça, caminhando léguas e léguas até suas residências ou então depender da demora dos carros pipas que, mesmo hoje, ainda não conseguem atender a todos que vivem nessas áreas.

Outra forma de captação de água são os barreiros, um dos tipos de reservatório de superfície. Para ICRISAT (1973/74) e Kampen et al. (1980) apud Porto; Anjos (1997), os

barreiros têm sido usados para armazenar água de chuva proveniente do escoamento superficial há muitos séculos, em diversas partes do mundo. Tendo por vezes a função de atender à irrigação de salvação. Entretanto, conforme Porto; Anjos (1997), os barreiros, “geralmente são rasos, cobrindo uma grande área de terra e apresentam elevadas perdas por evaporação” (p.1) devido aos solos cristalinos e as condições climáticas. Estes são bastante encontrados nas comunidades de Parambu e que conforme a população tem como função prioritária a utilização para lavagem de roupas, criação de pequenos animais e a irrigação de algumas culturas que ficam próximas a esse reservatório de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse quadro o camponês teve que historicamente desenvolver estratégias de sobrevivência no semi-árido, ou mesmo, formas de apropriação dos recursos disponíveis. Estas apresentam uma dinamicidade no tempo e no espaço; mesmo que muitas tenham sofrido influência do sistema capitalista. Mas é relevante a resistência camponesa sobre esses contornos que por vezes levam a uma desconfiguração dos seus costumes, considerados aqui como modo de vida e processo social de construção humana. Ainda sobre as influências capitalistas, estas objetivam também a comercialização da produção dessas comunidades e a privatização de suas terras.

Assim, afirma-se que conforme se tem conseguido apreender, o estabelecimento da relação homem-natureza em Parambu, especificamente na zona rural, está fundamentado nas trajetórias de vida dos camponeses que residem nessas áreas. São as formas de lidar com a terra que caracterizam os costumes dos que lá residem.

O ideário que a junção do meio ambiente “adverso” com atividades econômicas essencialmente dependentes das áreas da natureza que emerge a vulnerabilidade deste sistema produtivo sujeito a esgotamentos nas ocasiões climáticas desfavoráveis à produção como as secas periódicas e as secas estacionais deve ser rompido, pois ele faz de áreas como o Sertão dos Inhamuns ser palco ideal de Programas Governamentais paliativos.

É preciso se considerar e incentivar os saberes locais, além de considerar que a informação via ensino cria sujeitos ativos, autônomos e inventivos se consubstanciando como a solução necessária para o camponês desenvolver a convivência ideal com o meio onde vive, além de garantir a sobrevivência familiar. Assim, esses sujeitos sociais aprendem a aproveitar os recursos que a caatinga oferece, utilizando tecnologias sociais de fácil manejo com o

propósito de garantir a segurança alimentar, nutricional e hídrica através da agricultura familiar camponesa e de pequenas cooperativas como afirma Boff (2007).

NOTAS

¹ O Sertão dos Inhamuns compreende os Municípios de Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Saboeiro, Tauá e Parambu. Vale ressaltar que uma das microrregiões do estado brasileiro do Ceará pertencente à mesorregião Sertões Cearenses. Sua população foi estimada em 2005 pelo IBGE em 144.364 e possui uma área total de 11.692,761 km².

² Partindo do geral para o específico, ou seja, Nordeste → Ceará → Inhamuns → Parambu → Ingá/Facundo.

³ Consideram-se como fontes documentais: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos adquiridos em escolas, instituições, associações, igrejas, hospitais, documentos oficiais, cartas, diários, filmes, fotografias, entre outros. (MATOS; VIEIRA, 2001).

⁴ 2000 mm para 2.800 h de insolação

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos Íntimos: A Gestão nos Assentamentos de Reforma Agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

_____. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARRUDA, G.P. de. **Aspectos etológicos da cochonilha da palma forrageira (*Diaspis echinocacti*)**. Tese. Recife, Brasil, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1983. 122 p.

BOFF, Leonardo. **Semi-Árido: o mais chuvoso do planeta**. Rio de Janeiro: Cáritas, 2007. Disponível em <http://www.teste.caritasbrasil.org/artigos.php?id=10&filtro=2>. Acesso em 5/11/2007.

BRITO, L. T. de L.; ANJOS, J. B. dos. **Barreiro para uso em irrigação de salvação**. In: 1º Simpósio sobre captação de água da Chuva no Semi-árido Brasileiro. Petrolina – PE: EMBRAPA, 17– 21 de novembro de 1997. Disponível em <http://www.abcmac.org.br/files/simposio/1simp_luiza_barreiroparausedeirrigacao.pdf>. Acesso em: 12/06/2006.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joslyne. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996 – Ceará**.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal Ceará/2005**.

IPLANCE. **Perfil Básico Municipal: Parambu**. Fortaleza: IPLANCE, 2005.

LAKATOS, E. **Metodologia Científica**, São Paulo, 1986.

MATOS, K. S. L. de; VIEIRA, S. L. **Pesquisa Educacional**: o prazer de conhecer. 2. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito rocha, 2001. (Coleção Magister)

MATTOS, Beatriz H.O. M. (org). **Educação no contexto com o semi-árido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

MENDES, Benedito Vasconcelos. **Características gerais da caatinga**: desenvolvimento sustentável do semi-árido. Fascículo nº 1, Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995. 8 p. (Universidade Aberta – ensino a distância).

RAMOS, Luciana Rodrigues Ramos. **A convivência com o semi-árido**: a utilização da caatinga no dia a dia das famílias do assentamento Palmares em Crateús. Monografia. Trabalho de conclusão do Curso (Graduação em Economia Doméstica). Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. 78f.

SMITH, Neil. A ideologia da natureza. In: _____ **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p 27 - 65.

SOUZA, Marcos José Nogueira; OLIVEIRA, Vládia Pinto de. Semi-árido do Nordeste do Brasil e o fenômeno da seca. In. HuBP, José Hugo; INBAR, Moshe. **Desastres Naturales en América Latina**. 1ª Ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002. p207 - p221.

USARSKI, Frank. **Interações entre Ciência e Religião**. Revista Espaço Acadêmico, Ano II- nº 14, Outubro de 2002. Disponível em < www.espacoacademico.com.br/017/17cusarski.htm>, Acesso: 20/04/2005

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: UFPR. In: Revista Desenvolvimento e Meio ambiente. n.2. Paraná: UFPR, p.29 - 37. jul/dez, 2000.